

HABEAS CORPUS Nº 548.763 - SP (2019/0357665-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIEL MACHADO MAGLIO - SP224557
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN FRANCO CLARO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JONATHAN FRANCO CLARO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0062964-20.2016.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso I e II (duas vezes), n/f do art. 70, ambos do Código Penal, à pena de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime fechado, bem como ao pagamento de 26 dias-multa (e-STJ fls, 15/34).

Interposta apelação, o Tribunal local negou provimento ao recurso defensivo, mantendo a condenação nos termos proferidos na sentença condenatória. Segue a ementa do acórdão (e-STJ fls, 35/40):

ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA. Subtração de veículo, carteira e bolsa das vítimas. Provas suficientes de autoria e materialidade delitivas. Prisão em flagrante delito. Depoimento da vítima e dos policiais militares. Reconhecimento válido. Apreensão dos bens em poder do réu. Negativa inverossímil. Versões diferentes nas duas etapas da persecução penal. Suficiência para a condenação. Penas bem dosadas. Apelo desprovido.

No presente *writ* (e-STJ fls, 35/40), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão do aumento da pena, na terceira fase da dosimetria, em fração superior a 1/3 apenas com fundamento no número de majorantes, o que contraria o enunciado n. 443 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, aduz que o estabelecimento do regime inicial fechado baseou-se na gravidade abstrata do delito, o que contraria o entendimento consolidado nas Súmulas n. 440/STJ, 718 e 719STF, motivo pelo qual o paciente faz jus ao regime semiaberto.

Ao final, formula pedido liminar para que o paciente aguarde em liberdade ou em regime semiaberto o julgamento deste *writ* e, no mérito, pede a concessão da ordem para que a pena seja reduzida, fixando-se o regime inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com parte do próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator